Plêthos, 3, 2, 2013
www.historia.uff.br/revistaplethos
ISSN: 2236-5028

A tumulária dos Borgonhas: memória, espaço e poder da primeira dinastia portuguesa

Danielle de Oliveira dos Santos-Silva (PPGHIS-UFRJ)

Resumo: Este artigo busca analisar as arcas funerárias e locais de enterramento dos monarcas portugueses da dinastia de Borgonha, que governaram o país ibérico por quase três séculos (XII-XIV). Durante este período, acompanhamos a evolução da arte tumulária, as relações de poder e a construção de memória, inerentes às escolhas ou às circunstâncias que levaram os monarcas portugueses a este ou àquele sítio para seu descanso final.

Palavras-chave: Borgonha, tumularia, memória, espaço, poder.

The Burgundy's tomb art: memory, space and power in the Portuguese first dynasty

Abstract: This article analyzes the funeral arks and burial places of Portuguese monarchs of the dynasty of Burgundy, who ruled the Iberian country for nearly three centuries (XII-XIV). During this period, we follow the evolution of art on king's tombs, power relations and the construction of memory, inherent choices or circumstances that led the Portuguese monarchs to this or that place to its final resting.

Keywords: Burgundy, tomb art, memory, space, power.

***

A sociedade medieval era uma sociedade cujas preocupações com a morte, se iniciavam ainda em vida. O pior que poderia acontecer ao sujeito era a morte inesperada, brusca, à qual se sucumbia sem a oportunidade de se preparar para a vida além. Duby (1991: 237) afirma que "mais que uma arte de viver, o cristianismo do século XIV foi uma arte de bem morrer". A morte ideal era esperada no leito, de preferência após uma enfermidade prolongada, que daria ao individuo a chance de se arrepender dos pecados e fazer testamento e doações deixando encomendadas (e muitas vezes pagas) as missas em favor de sua alma, na crença de que estas encurtariam a passagem para o paraíso, caso ainda houvesse dívidas a serem pagas após a morte. Os monges nos mosteiros e abadias que coalhavam a Europa mantinham em livros, listas dos

beneficiários pelos quais deveriam orar ad eternum, e o faziam com a assiduidade desejada até que o preenchimento destes livros e o subseqüente trabalho de passarem-nos a limpo fazia com que os nomes mais antigos caíssem no esquecimento. Para afastar o risco deste esquecimento, que poderia ser tão prejudicial à alma dos defuntos, os monges de Cluny criam a festa dos mortos, no dia 2 de novembro, onde todos seriam lembrados nos ofícios e orações (SCHMITT, 1999:93).

Para os primeiros cristãos, a morte era interpretada como um sono tranqüilo, no qual se esperaria o juízo final. O fato de ser cristão já seria garantia da salvação. A Igreja percebeu o poder que poderia adquirir através do controle dos mortos, e a partir daí a expectativa da morte passou a ser encarada com angústia pelo indivíduo, que não sabe ao certo qual seria o seu destino final. A morte não é mais um sono, e o lugar onde se passaria a espera pelo juízo final dependeria das escolhas feitas em vida pelo sujeito. A partir daí, a intervenção dos vivos, através de suas orações, passou a ser mais efetiva, e os mortos passaram a desejar serem lembrados. A sepultura, a forma de enterramento, espelhou progressivamente esta preocupação. Os epitáfios ressurgiram, a marcação dos túmulos com brasões e gravações se tornaram comuns. A evolução desta busca pela memória dos vivos culminou no retorno das esculturas jacentes. Segundo Henri Loyn, o século XIV assistiu o nascimento do retrato na escultura tumular, pois até então:

> *as efígies eram, via de regra, imagens idealizadas, sem a menor relação com o verdadeiro aspecto do morto. O recurso a máscaras mortuárias em cera ou gesso resultou em retratos mais fiéis dos rostos em efígies* (LOYN, 1997: 136)

A realeza criou seus próprios rituais e formas de representação, que depois foram sendo apropriadas pela nobreza. Os reis de França, por exemplo, construíram sua necrópole na abadia de Saint Denis, onde praticamente todos os reis do século XI ao XVIII se encontram sepultados em diferentes estilos de túmulo, desde a simples estátua jacente de Carlos Martel até o suntuoso monumento cuja representação se dá em dois planos, que abriga os corpos de Luís XII e Ana da Bretanha.

A morte dos reis levanta algumas questões próprias, pois o corpo do homem é efêmero, mas o rei enquanto representante político, jurídico e mesmo espiritual, enquanto ungido, não. Isto levou à criação de rituais e costumes, tais como a apresentação de manequins de cera, madeira ou couro, que eram apresentadas no lugar do corpo morto do rei sobre o catafalco nas cerimônias das exéquias. Carlo Ginzburg, em Mitos, Emblemas e Sinais, analisou este caso como sendo uma questão de representação, num contexto em que esta torna presente o que está

ausente. No caso a dignidade real não poderia ser representada pela carne morta do antigo soberano.

No momento da morte, passaram a ser retirados os moldes das máscaras mortuárias para a posterior construção dos jacentes tumulares e perpetuação da imagem do morto. O corpo do rei recebia tratamentos diferenciados. Embora fosse contra os preceitos da religião católica o desmembramento dos corpos, e por conta disto mesmo os estudos médicos fossem limitados, os responsáveis pelo preparo do corpo do rei para o sepulcro, não possuíam estes escrúpulos, e muitas vezes este chegava mesmo a ser retalhado, com o enterro do coração em uma abadia e o resto do corpo em outra, sem contar o uso de técnicas como o cozimento do corpo para que a carne se desprendesse dos ossos, que seriam encaminhados para um local mais distante. Estes procedimentos não eram nada perto da forma que se dividiam os santos, que por gerarem relíquias que todas as paróquias disputavam entre si, eram literalmente, despedaçados (ERLAND-BRANDENBURG, 1971).

Os túmulos reais portugueses da primeira dinastia

Os reis da primeira dinastia portuguesa jazem em dois locais específicos. O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e o Mosteiro do Alcobaça. Os dois primeiros reis de Portugal, D. Afonso Henriques (1109? -1185) e D. Sancho I (1154-1211) se encontram enterrados em Santa Cruz de Coimbra com suas respectivas rainhas, D. Mafalda de Sabóia e D. Dulce de Aragão, que por esta presença é considerado Panteão Nacional Português, junto com a Igreja de Santa Engrácia de Lisboa. Os túmulos, no entanto não são originais, uma vez que D. Manuel os considerou muito simples para a dignidade dos fundadores do reino português e mandou fazer novos túmulos, mais de acordo com a importância destes.

O primeiro rei a ser enterrado no Mosteiro do Alcobaça foi D. Afonso II (1185-1223), que muito beneficiou os cistercienses. Ainda assim, à data de sua morte seu corpo fora enterrado em Coimbra, e sua trasladação para o Alcobaça se deu apenas dez anos depois, já sob o reinado de seu filho D. Sancho II, que podemos deduzir ter sido o responsável pela modificação atendendo as disposições testamentárias do pai. O túmulo de D. Afonso II, é um sarcófago de calcário sem nenhum sinal de suntuosidade, como era característico no século XIII, quando as estátuas jacentes ainda não se haviam popularizado.

A rainha D. Urraca, esposa de D. Afonso II também foi sepultada em Alcobaça, embora haja uma controvérsia entre os historiadores acerca de seu túmulo, que por muito tempo foi reputado à D. Beatriz de Gusmão, esposa de D. Afonso III. Mario Jorge Barroca afirma

indubitavelmente, que o túmulo pertence à D. Urraca, por que de outra forma, a iconografia do túmulo não faria sentido.

A historiadora Ana Rodrigues Oliveira (2010: 106) descreve assim o monumento:

> *A tampa do monumento apresenta o jacente de uma jovem rainha, primeiro jacente que se conhece, representada em seu leito de morte, de mãos cruzadas sobre o peito, olhos fechados e cabeça repousando numa almofada. Está coroada, com véu soqueixado, com trajo e manto comprido caindo com finas pregas até aos pés. (...) A escultura da rainha estende-se a todo o comprimento da tampa.*

A particularidade que define o monumento é uma cena de lamentação, iconografada aos pés da estátua, onde se vê o rei e quatro infantes crianças pranteando a rainha, com uma ama ao fundo. D. Urraca foi a única rainha da primeira dinastia a morrer jovem (aos trinta e três anos), deixando seus filhos ainda crianças. Barroca acredita que o próprio D. Afonso II teria mandado construir o túmulo da esposa, antes de seu falecimento três anos depois dela. Sendo de D. Urraca, o túmulo seria pioneiro, moderno. Sendo de D. Beatriz, que morreu aos 63 anos, em 1304, seria um arcaísmo. Com estes argumentos Barroca defende sua tese contra historiadores que, como José Custódio Vieira da Silva (2003) o reputam à D. Beatriz, garantindo que a juventude do jacente seria relativa mais a uma idealização do que à imagem real da rainha, mas não explicando a cena de lamentação aos pés do jacente. Analisando a lógica de ambas as argumentações, nos inclinamos a concordar com Barroca, sobre a identidade da estátua. É interessante assinalar, porém, que as buscas por imagens deste jacente na web, só foram frutíferas quando foi solicitado "túmulo de D. Beatriz de Gusmão", o que prova que este túmulo é tradicionalmente reputado à D. Beatriz.

Fig 1. – A lamentação do rei e dos infantes.

O casal de reis seguintes da dinastia de Borgonha, D. Sancho II e D. Mécia Lopes de Haro, não estão enterrados juntos, nem em Portugal. Por conta das conjuntura política que levou

à deposição de D. Sancho, este foi sepultado na Catedral de Toledo, e sua mulher, D. Mécia tendo falecido em Palência, em suas terras castelhanas, está sepultada na Capela da Cruz, no Mosteiro de Santa Maria em Nájera. O jacente desta rainha está muito deteriorado. Tendo esta morrido por volta dos 65 anos, a estátua de seu túmulo mostra uma mulher jovem, e o sarcófago, apoiado sobre quatro leões traz as armas de Portugal e da Casa de Biscaia à qual Mécia pertencia por nascimento.

O irmão e sucessor de D. Sancho II, D. Afonso III, está enterrado também em Alcobaça, e sua esposa D. Beatriz de Gusmão é a mesma personagem envolvida na polêmica do túmulo que também é reputado à D. Urraca.

O sexto rei de Portugal, D. Dinis, foi sepultado no mosteiro que mandou construir em Odivelas, o mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo também da Ordem Cisterciense, enquanto sua esposa, a Rainha Santa está sepultada no Convento de Santa Clara em Coimbra. O túmulo de D. Dinis é considerado pelo IGESPAR (Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico) de Portugal como sendo representante da estética gótica, já trazendo as rosáceas que tão elaboradas foram nos túmulos de Pedro e Inês, conforme veremos. O túmulo da rainha D. Isabel foi construído durante a vida desta de acordo com suas disposições e supervisão. Se a principio esta cogitou descansar ao lado do marido, falecido em 1325, por fim decidiu ter por lugar de descanso a casa monástica da qual era padroeira e devota. Seu túmulo foi executado por mestre Pero, um aragonês, e conjuga "beleza, harmonia, grandeza e a memória de sua vida" (OLIVEIRA, 2010: 197). A figura jacente representa a rainha envergando o traje das clarissas, com a cabeça coroada. Ela ostenta uma bolsa adornada com a vieira, símbolo da sua ida a Compostela. A iconografia ao redor deste túmulo deixa patente a espiritualidade da encomendante, sendo cercado por imagens de Cristo, dos apóstolos, e de santos ligados à vida de D. Isabel como S. Francisco de Assis e sua tia, S. Isabel de Hungria. O sarcófago contém ainda imagens das irmãs clarissas rezando pela alma de sua benfeitora.

O túmulo de D. Isabel mudou duas vezes de lugar por conta das águas do Mondego, que invadiam o convento regularmente. A primeira vez ainda durante a vida de D. Isabel, que fez edificar uma plataforma onde foi instalado o coro das religiosas e sua capela funerária.

Antes disto, em 1612, o túmulo de D. Isabel, que já havia sido beatificada no século anterior (1516), foi aberto na presença de altos dignitários do reino, pois o exame das relíquias faz parte do processo de canonização, que o bispo de Coimbra, D. Afonso de Castelo Branco,

fez instaurar para tornar a rainha, santa. Na presença do bispo de Coimbra, do de Leiria, do Desembargador do Paço, de vários professores universitários e de um notário, o corpo de D. Isabel foi descoberto em perfeito estado de conservação, atendendo a um dos requisitos para a santidade. O bispo de Coimbra, admirado, encomendou para expor a rainha um ataúde de prata e cristal ricamente trabalhado, mas seus sucessores tardaram em fazer a trasladação (BORGES, 1996). Mesmo com a canonização, não houve interesse na mudança, e as freiras para celebrarem pintaram a arca medieval. A mudança definitiva, de túmulo e de local aconteceu em 1677, quando cessando de lutar contra a inundação, as freiras se mudaram para o convento de Santa-Clara-a-Nova, abandonando de vez a antiga casa.

O túmulo de D. Isabel, no momento em que foi construído trouxe como inovação o fato de, sendo feito a mando da própria rainha, ser cheio de referências à sua vida e personalidade, com informações pertinentes à história de sua proprietária. Este é um túmulo que se afasta da representação simbólica corrente, nas quais por vezes não havia sequer correspondência entre a imagem jacente e a da pessoa ali enterrada, que era representada com os elementos corretos para dar idéia de sua grandeza e dignidade (espada, cetro, livro), mas que não trazia nada de sua individualidade.

D. Afonso IV e sua esposa D. Beatriz foram os primeiros monarcas portugueses a serem sepultados na Sé de Lisboa, mas foram ambos destruídos pelo terremoto de 1755, e substituídos por outros do século XVIII, que ainda existem, mas que não são interessantes para este trabalho por serem posteriores ao período que analisamos. José Custódio Vieira da Silva afirma que a perda destes túmulos foi irreparável, pois poderiam trazer esclarecimentos sobre os túmulos do Alcobaça, de D. Pedro e D. Inês. Segundo este historiador, os túmulos destruídos deveriam conter as características da escultura jacente do século XIV, que no caso português alcançou a maturidade com os túmulos de Pedro e Inês.

Os túmulos de D. Pedro e D. Inês no Mosteiro do Alcobaça

Os túmulos do Alcobaça são, sem dúvida alguma, os mais famosos dentre todas as sepulturas reais. Primeiro por conta da própria história dos dois amantes que desafiaram as convenções da sociedade de seu tempo, e a conseqüente morte de Inês a mando de D. Afonso IV. Segundo por conta da reabilitação à qual Pedro procede a memória de Inês, com a Declaração de Cantanhede, pela qual ambos teriam sido casados, a vingança à qual Pedro

submete os algozes de Inês, e por último a própria construção dos túmulos, ainda em vida de Pedro.

As duas arcas foram feitas da pedra calcária que é abundante em Portugal, são imponentes, grandiosas, ricamente trabalhadas nas laterais, onde as rosáceas ricamente esculpidas trazem em sua iconografia cenas da vida de Cristo e cenas da vida dos amantes, organizadas de tal forma que a interpretação de uma estivesse ligada à outra.

A primeira questão que se coloca sobre os túmulos é sobre sua confecção. Não se sabe quem terá sido o responsável pela execução da obra. Montalvão Machado sugere que escultores da própria Ordem de Cister, vindos da França seriam os artistas à frente do projeto. José Custódio Vieira da Silva, por sua vez argumenta que os artistas seriam portugueses, visto que desde mestre Pero, o aragonês, fez o túmulo de D. Isabel na década de 1330, discípulos dele estariam aptos para a realização destes trabalhos.

A localização dos túmulos também é um fator relevante. Na localização original, Inês estaria à direita de Pedro, de acordo com a cultura cavalheiresca, mas em 1957 foi feita a mudança para a posição atual, um túmulo de frente para o outro no transepto da igreja, para a visita da rainha inglesa, Elisabete II. Essa modificação atendeu ao imaginário que se construiu sobre os dois amantes, e sobre a parte romântica e lendária da história, segundo a qual, no juízo final a primeira visão de Inês seria Pedro, e a primeira visão de Pedro, seria Inês.

A questão do local ainda pode ser considerada de outra maneira. Por que os túmulos teriam sido dispostos no interior da igreja, próximo ao altar? Se os túmulos dos primeiros monarcas como D. Afonso Henriques eram dispostos nas chamadas galilés, externas às igrejas, e reis como D. Dinis e D. Afonso IV se fizeram sepultar no interior da Igreja, em capelas que construíram para este fim, qual o objetivo desta disposição tão pública, tão central e tão incomum? D. Pedro gozava de boas relações com os monges do Alcobaça. Vieira da Silva expõe que o acesso ao local dos túmulos só era facultados aos monges. Nenhum leigo tinha permissão para se aproximar daquela parte da igreja. Este local era assim, ainda mais sagrado por ser apenas freqüentado pelos monges, o que seria ideal para um monarca preocupado com as missas e orações que garantiriam sua salvação na vida após a morte.

As estátuas jacentes são impressionantes, pelo grau de detalhamento dos traços. O túmulo de Inês foi o primeiro a ser construído, supõe-se que sua construção iniciou-se me 1358, dois anos antes da declaração de Cantanhede o que assinala que a preocupação de Pedro com a

reabilitação da memória de Inês se iniciou logo assim que ele subiu ao trono. O rosto de Inês é jovem e harmonioso. Sob um baldaquino ricamente trabalhado, ela tem coroada a cabeça que repousa sobre travesseiros e é segurada por anjos. O vestido é detalhado, com botões em relevo. Um longo colar desce por seu pescoço e sua mão direita brinca com ele. A mão esquerda segura as luvas, num gesto cortês. Inês não segura um livro, como era tão comum a damas de sua posição para demonstrarem sua cultura e piedade, nem tem as mãos postas. Ela segura luvas, com a pose de uma dama que acaba de tirá-las. No túmulo para o qual D. Pedro fez trasladar D. Inês em cerimônia impressionante, percebe-se o cuidado do monarca em honrar a memória daquela que foi sua mulher de fato, se não de direito. A arca tumular assenta sobre seis figuras híbridas, de rostos humanos e corpos de animais, que a lenda associa aos assassinos de Inês. As faces laterais da sua arca trazem imagens associadas à vida de Cristo, do lado direito, a infância, da Anunciação à Apresentação no Templo, e do esquerdo, cenas da vida adulta, com cenas da Santa Ceia e do Caminho para o Calvário, culminando com a cena da crucificação.

O jacente de Pedro foi executado entre os anos de 1361 e 1366. O monumento estava pronto antes da sua morte em 1367, pois ele manifesta em testamento o desejo se ser enterrado no Mosteiro do Alcobaça, e lançado "em seu monumento que está junto com o de D. Inês" (LOPES, 2004: 168)

A concepção da arca tumular de Pedro é muito semelhante à de Inês, variando somente a iconografia. Segundo Montalvão Machado, só em 1880, é que foi percebido o caráter particular da iconografia que até então se pensava ser composta por cenas religiosas (MACHADO, 1967: 174). Os temas de sua arca são a Roda da Vida e a Roda da Fortuna. A primeira está ligada às várias idades da vida do indivíduo, e a segunda aos períodos de prosperidade e necessidade que se alternariam durante a existência deste. Nas rosáceas encontram-se cenas da vida do casal, com uma intimidade desconcertante aos olhos de quem observa. Inês embalando o filho pequeno, o casal com seus filhos, Pedro e Inês jogando xadrez, ela repousa a mão na perna dele. Estas cenas provam que os túmulos do Alcobaça foram feitos com a intenção de afastar a história de Pedro e Inês do risco do esquecimento, no que foram muito bem sucedidos se considerarmos a força que o caráter lendário da história ganhou sendo contada e recontada através dos séculos, recebendo o status de mito.

Sobre os túmulos do Alcobaça escreveu Fernão Lopes, na Crônica de D. Pedro I (Capítulo XLIV):

> E sendo lembrado de lhe honrar seus ossos, pois lhe já mais fazer não podia, mandou fazer um moimento de alva pedra, todo mui subtilmente obrado, pondo elevada sobre a campa de cima a imagem d'ella, com corôa na cabeça, como se fôra rainha. E este moimento mandou pôr no mosteiro de Alcobaça, não á entrada, onde jazem os reis, mas dentro na egreja, á mão direita, a cerca da capella-mór. E fez trazer o seu corpo do mosteiro de Santa Clara de Coimbra, onde jazia, o mais honradamente que se fazer pode, cá ella vinha em umas andas, muito bem corrigidas para tal tempo, as quaes traziam grandes cavalleiros, acompanhadas de grandes fidalgos, e muita outra gente, e donas, e donzellas e muita clerezia.
>
> Pelo caminho estavam muitos homens com cirios nas mãos, de tal guisa ordenados, que sempre o seu corpo foi, por todo o caminho, por entre cirios accesos; e assim chegaram até ao dito mosteiro, que eram d'alli dezesete leguas, onde com muitas missas e grão solemnidade foi posto seu corpo n'aquelle moimento. E foi esta a mais honrada trasladação que até áquelle tempo em Portugal fôra vista.
>
> Semelhavelmente mandou el-rei fazer outro tal moimento, e tambem obrado, para si, e fêl-o pôr a cerca do seu d'ella, para quando acontecesse de morrer o deitarem n'elle.

O caso de amor entre D. Pedro e D. Inês, que tanta controvérsia causou em sua época, acabou gravado na pedra e no imaginário português e europeu.

Fig. 2 – O Túmulo de D. Inês no Mosteiro do Alcobaça

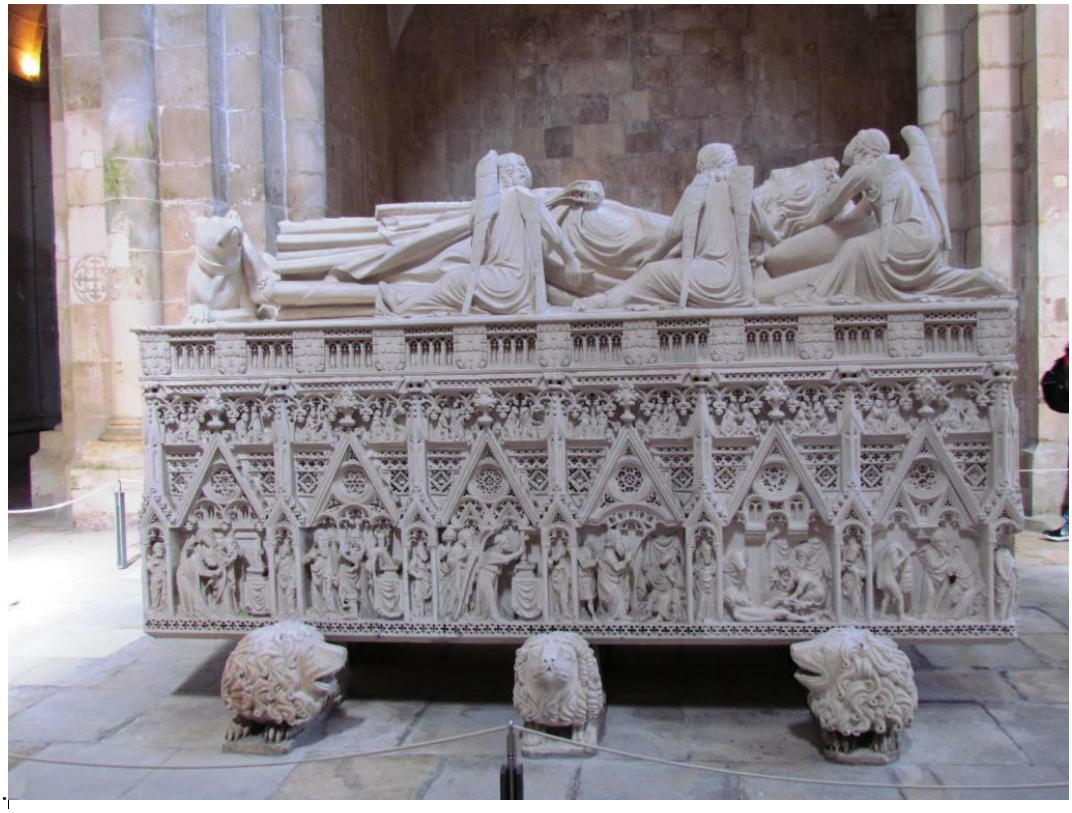

Fig. 3 – O Túmulo de D. Pedro no Mosteiro do Alcobaça

Após a morte de D. Pedro em 1367, seu filho, D. Fernando cumpre suas disposições e o manda enterrar no túmulo que havia preparado para si, junto de D. Inês. Mas aparentemente, D. Fernando nutriu certa indiferença pelo Mosteiro do Alcobaça e fez honrar o corpo de sua mãe, D. Constança Manuel, que inicialmente havia sido sepultada no coro do Convento de São Domingos, em Santarém, e a trasladou para o Mosteiro de São Francisco na mesma cidade, onde posteriormente se fez sepultar. O túmulo de D. Fernando hoje se encontra no Museu Arqueológico nas ruínas do Convento do Carmo, em Lisboa. É importante assinalar, que num aparente retrocesso, sua arca tumular não possui estátua jacente, trazendo apenas as armas de Portugal.

A sepultura da mulher de D. Fernando, Leonor Telles, é incerta. Por conta de seu exílio em Castela e seu fim de vida obscuro, não foi sepultada junto de D. Fernando, e o túmulo que lhe atribuem não é de identidade certa. A imagem que se tem é de um túmulo no Convento de Santa Clara em Tordesilhas, onde a rainha teria vivido até 1390. A tradição, entretanto, afirma que ela teria sido enterrada no Convento de Nuestra Senora de la Merced Calzada, que não existe mais. Supõe-se que quando a igreja foi demolida seus restos teriam sido transferidos para o local onde vivera o exílio. (OLIVEIRA, 2012: 352) Com D. Fernando e D. Leonor encerra-se a primeira dinastia portuguesa.

Algumas considerações sobre a arte tumulária

Quando iniciamos estudos que tratam de objetos que podem ser considerados obras de arte, é necessário refletir sobre questões como função e intenção. Jean-Claude Schmitt ao analisar a arte período medieval utiliza o termo imagem, que é mais amplo que "arte" e atende a uma gama de variações sobre a produção da Idade Média. É necessário recordar também que não encontramos manifestações esteticistas nos séculos estudados, e que a "arte pela arte" não existia. As manifestações artísticas medievais são eminentemente religiosas, e segundo Jerôme Baschet ao cunhar o termo "imagem-objeto" que remete à imagem provida de uma função, própria da sua materialidade.

A função do túmulo, ao longo da Idade Média, vai deixando de ser, progressivamente, lugar de descanso e vai se tornando lugar de memória. Georges Duby afirma que esta busca em tornar os traços dos jacentes identificáveis, atesta o progresso do espírito profano na arte funerária, que no século XIV passa a ter por "objetivo primeiro fixar um espetáculo, eternizar a representação sagrada que se desenvolvera ao redor do cadáver." (DUBY, 1991: 242). O túmulo

do príncipe e seu funeral estabeleciam os padrões que todos procuravam seguir. Se num primeiro momento, por volta do século XII os clérigos admitiram que os jacentes possuíssem feições "hieráticas e serenas", ainda que fossem idealizadas e não guardassem semelhança com o defunto, nas proximidades do século XIV esta perspectiva já não satisfazia a sensibilidade laica, e surge nos jacentes os primeiros traços de uma fisionomia pessoal. Os mortos queriam sobreviver neste mundo, e para tanto, quiseram fixar suas feições na pedra, pondo-as ao abrigo da destruição da carne. O indivíduo desejava manifestar em seu belo túmulo, seu êxito social, e a arte da ostentação só se justificava se ficasse claro quem estava enterrado naquele local. Desta forma, a estátua jacente surge como predecessor dos retratos de corte que ganham espaço a partir do século XV.

Referências bibliográficas

BARROCA, Mário Jorge. Cenas de passamento e lamentação na escultura funerária medieval portuguesa (séculos XII a XV). Revista da Faculdade de Letras.

BASCHET, Jerome, (1996) Introdução: a imagem-objeto, In: SCHMITT, Jean-Claude et BASCHET, Jérôme, L'image. Fonctions et usages des images dans l'Occident medieval, Paris: Le Léopard d'Or, 1996, p. 7-26

BORGES, Nelson Correia (1996), O túmulo de prata da Rainha Santa Isabel, em Coimbra, Coimbra: Biblos, p. 293-308

DUBY, Georges (1991), No Tempo das Catedrais, Lisboa, Editorial Estampa

ERLAND-BRANDENBURG, Alain (1971), Étude sur les funérailles, les sepultures et les tombeaux des rois de France jusqu'à la fin du XIIe siècle, In: École Pratique des hautes études. 4e section. Sciences historiques et philologiques. Annuaire, pp 831-838

LOPES, Fernão (2004) Crônica de D. Fernando, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda

LOPES, Fernão. Chronica del Rey D. Pedro I deste nome, e dos reys de Portugal o oitavo cognominado o Justiceiro na forma em que a escereveo Fernão Lopes... / copiada fielmente do seu original antigo pelo Padre Jozé Pereira Bayam, Lisboa Occidental, Na Offic. de Manoel Fernandes Costa: 1735. - http://purl.pt/422

MACHADO, J. T. Montalvão (1967), A Leitura dos Túmulos de D. Pedro e D. Inês, In: Os Grandes Julgamentos, São Paulo, Otto Pierre Editores

OLIVEIRA, Ana Rodrigues (2010), Rainhas Medievais de Portugal, Lisboa, A Esfera dos Livros.

SCHMITT, Jean Claude (1999) Os vivos e os mortos na sociedade medieval, São Paulo, Companhia das Letras

SILVA, José Custódio Vieira (2003), O Panteão Régio do Mosteiro do Alcobaça, Lisboa, IPPAR.